



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 082/2023 PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2023

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA DA REALIZAÇÃO: 09/08/2022 às 8h15min.

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Local: Sede da Prefeitura Municipal.

E-mail: licitacao@paulacandido.mg.gov.br

A Prefeitura Municipal de Paula Cândido - MG, por intermédio da Comissão de Licitação, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 14 de 14 de fevereiro de 2023, em exercício, Sr. **João Carlos de Oliveira e Silva** torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na Sala de Reuniões da CPL, na data e horário indicado abaixo (item 5), a licitação na modalidade de **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito no preâmbulo deste Edital e seus Anexos.

O Procedimento Licitatório será conduzido por Pregoeiro designado e obedecerão às disposições do Decreto Municipal nº 1134 de fevereiro de 2013 que regulamenta o uso do pregão, e suas alterações posteriores.

1 DO OBJETO

O presente Pregão tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO, CONCURSO DE MARCHA E TORNEIO LEITEIRO DA XXVI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIO DE PAULA CANDIDO/MG, NOS DIAS 07, 08, 09 E 10 DE SETEMBRO DE 2023**. Em Conformidade especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes do Anexo I.

2 PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL

2.1 Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Carta Proposta

Anexo III – Rol de Declarações Consolidadas e Obrigatórias

Anexo IV- Minuta de Termo Contrato

Anexo V - Modelo de declaração de micro ou pequena empresa

3 DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.1 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

3.1.2 A presente licitação se divide em três fases distintas que ocorrerão em sequência, cabendo aos licitantes apresentarem os documentos relativos a cada uma delas, sendo:

- CREDENCIAMENTO (observar o item 4 do edital)

- PROPOSTA DE PREÇOS (observar o item 5 do edital)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



- DOCUMENTAÇÃO (observar os itens 5 e 8 do edital)

- 3.2** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
- 3.2.1** Concorratárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.2.2.** Que estejam com o direito de licitar e contratar com a suspensão, ou tenham sido declaradas inidôneas.
- 3.2.3.** O disposto no item anterior, se aplica a impedimento ou suspensão aplicado em qualquer nível da esfera pública, seja, federal, estadual ou municipal.
- 3.2.4.** Que estejam inscritas no CEIS, CNEP, CAFIMP e/ou qualquer outra plataforma pública oficial de fornecedores suspensos e/ou inidôneos.
- 3.2.5.** Que se enquadrem no Art. 9º da lei 8.666/1993.
- 3.2.6** Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de conglomeração;
- 3.2.7** Estrangeiras que não funcionem no País.

CREDENCIAMENTO

4 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1.1 CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE E PROTOCOLADO NO SETOR DE LICITAÇÕES, À RUA MONSENHOR LISBOA, 251 CENTRO, **JUNTAMENTE COM OS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO, EM 1 (UMA) VIA, FECHADOS DE MODO INVOLÁVEL.**

4.1.1.1 DEVERÁ CONSTAR NA PARTE EXTERNA DOS ENVELOPES:

- a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO**
- b) COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
- c) Identificação da licitante.
- d) Identificação do envelope:
CREDENCIAMENTO
- e) Modalidade e número da presente licitação.
- f) Telefone/fax do licitante para contato.

4.1.1.2 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação durante a sessão do Pregão.

- a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



- b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- c) Para todos os participantes credenciados é obrigatória a apresentação da **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (4.1.8)**, documento de declaração dando ciência de que a Empresa cumpriu com os requisitos.
- d) Certidão negativa consolidada de que a licitante não possui impedimento, suspensão e/ou condenação por improbidade administrativa, a ser emitida pelo sítio: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

4.1.2 O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto (CORRESPONDENTE AO INCLUIDO NO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO).

4.1.3 Será admitido apenas 01(um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.1.4 ***O Credenciamento, juntamente com os documentos de sua comprovação, autenticados, conforme item 4, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, dentro do respectivo envelope.***

4.1.5 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, **NO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (Anexo V)**. Em hipótese alguma será aceito documento diferente do referido anexo.

4.1.5.1 A entrega dos documentos de CREDENCIAMENTO fora do envelope não enseja inabilitação do licitante.

4.1.6 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.

4.1.7 O documento de procuração poderá seguir o modelo abaixo ou equivalente e registrado em cartório:

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) portador do documento de identidade nº, para participar das reuniões relativas ao **Processo nº 082/2023 - Pregão nº 028/2023**, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir de interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, formular ofertas e lances de preços ofertar a que tudo daremos por firme e valioso.

.....
Local e data

.....
Ass. do Resp. Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



OBS.: carimbo padronizado do CNPJ da empresa, carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou prorrogação pública ou particular (com firma reconhecida em cartório) poderes para tal investidura.

4.1.8 Requisitos de CREDENCIAMENTO, conforme modelo ou equivalente a seguir:

DECLARAÇÃO

Declaro que a Empresa..... CNPJ.....,cumpriu plenamente os requisitos de habilitação e entregará os envelopes contendo a indicação do objeto e do(s) preço(s) oferecido(s), procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital.

Por ser verdade firmo o presente

.....
Local e data

.....
Ass. do Resp. Legal

OBS.: por carimbo padronizado do CNPJ da empresa, carimbo, nome e assinatura do responsável legal.

PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

5.1 A PROPOSTA E A DOCUMENTAÇÃO DEVERÃO SER ENTREGUES E PROTOCOLADAS NO SETOR DE LICITAÇÕES, EM DOIS ENVELOPES DISTINTOS, **FECHADOS DE MODO INVOLÁVEL, EM 1 (UMA) VIA.**

A. ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

B. ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

5.2. DEVERÁ CONSTAR NA PARTE EXTERNA DOS ENVELOPES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

a) COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

b) Identificação da licitante.

c) Identificação do envelope:
Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS",
Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO".

d) Modalidade e número da presente licitação.

e) Telefone/fax do licitante para contato.

5.2.1 Quando os envelopes forem enviados pelo correio ou outro meio que não seja o seu representante legal, deverão os mesmos estar de posse do Pregoeiro no horário estabelecido neste Edital para abertura da licitação, sob pena de não participar da licitação.

5.3 A PROPOSTA DE PREÇO (DENTRO DO ENVELOPE Nº 1)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



A Proposta de Preço deverá ser em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante ou identificado por meio de carimbo de CNPJ, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, devendo, ainda:

- 5.3.1** Indicar denominação ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), CNPJ, inscrição estadual ou municipal da empresa, assim como: nome, estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo do representante, para fins de assinatura/retirada do instrumento contratual (Independente da procuração de credenciamento).
- 5.3.2** Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 5.3.3** Ser apresentada com cotação de preços do objeto deste Edital e seus Anexos, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, básicos para a data de apresentação da proposta.
- 5.3.4** Constar preço do Serviço/Objeto constante do Anexo I. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais serão considerados os primeiros e, entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;
- 5.3.5** Conter declaração expressa, que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.
- 5.3.6** A oferta deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 5.3.7** A apresentação da proposta implicará em plena aceitação por parte do licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 5.3.8** Os requisitos dos itens anteriores não serão de maneira nenhuma relevados, sendo, portanto, considerados indispensáveis, sendo o descumprimento punido com a desclassificação da proposta;
- 5.4** Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta ou incorretamente cotadas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser prestados ao Município sem ônus adicional.
- 5.5** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos.
- 5.6** A proposta deverá referir-se a todo o rol serviços especificado no Anexo I, sendo vedado a proposição de preços a somente parte dele.
- 5.7** A omissão voluntária ou involuntária do prazo de validade da proposta poderá ser considerada e aceito pela Comissão como sendo o determinado neste Edital, dentro de seus limites mínimos.



- 5.8** No julgamento das propostas, o pregoeiro, a seu critério, solicitar assessoramento técnico a órgãos, comissões técnicas especializadas ou profissionais com formação acadêmica pertinente ao objeto licitado, de forma a fundamentar as decisões, podendo ainda, a seu critério, serem reservadas as reuniões de classificação e do julgamento das propostas.

6 DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 6.1** A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os documentos que a instruírem será pública, dirigida por um Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio e realizada de acordo com o Decreto nº 1134/2013, e suas alterações posteriores, e em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados
- 6.2** No local e hora marcados, os interessados deverão comprovar, conforme item 3 e 4 deste Edital, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, assim como, para a prática dos demais atos decorrentes deste certame.
- 6.3** Em seguida serão abertos os envelopes N° 01 contendo as PROPOSTAS DE PREÇO.

7 DA CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1** A classificação das propostas será pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL.
- 7.1.1** O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente a de menor preço.
- 7.1.2** Quando não forem verificados, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item 7.1.1., o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), incluindo a de menor preço; para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 7.2** Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- 7.2.1** Os licitantes classificados nos termos dos subitens **7.1.1.** e **7.1.2.** serão individualmente convidados pelo Pregoeiro, para ofertarem lances verbais e sucessivos de valores distintos e decrescentes, a começar pelo licitante que ofertou o maior preço entre todos os classificados seguidos pelos demais, em ordem decrescente de valor ofertado.
- 7.2.2** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa dos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeitos de ordenação das propostas.
- 7.2.3** Caso não se realize lances verbais na forma do subitem **7.2.1.**, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 7.3** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades relacionadas no item **11** deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



- 7.4** Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas, exclusivamente pela ordem crescente dos preços propostos.
- 7.5** Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta primeira classificada quanto ao objeto e valor apresentado de acordo com o definido neste Edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.6** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para a confirmação das suas condições habilitatórias, com base na documentação exigida no item 8, deste Edital.
- 7.7** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital.
- 7.8** Se a oferta não for aceitável, ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto.
- 7.9** Nas situações previstas nos subitens **7.2.3.**, **7.6.** e **7.8.**, poderá o pregoeiro negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 7.10** Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 4.1.5 e 4.1.6, deste edital.
- 7.11** Entende-se como empate ficto àquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 7.12** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se á da seguinte forma:
- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta (lance) de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.11 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no subitem 7.12 a).
- 7.13** se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 7.12 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta(lance) originariamente de menor valor.
- 7.14** O disposto nos itens 7.11 e 7.12 deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- 7.15** Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os licitantes presentes.

- 7.16** Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital, a proposta será desclassificada.
- 7.17** Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerá esta última.

8 DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE B - DOCUMENTAÇÃO

- 8.1** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (exceto por fac-símile) autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda por cópia. Desde que acompanhada do original para conferência e autenticação pelo Pregoeiro ou a quem o mesmo designar da Equipe de Apoio.
- 8.2** O envelope de DOCUMENTAÇÃO conterá os documentos abaixo relacionados, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, ou simples cópia autenticada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, mediante confronto. Todos os documentos deverão estar com o prazo de validade em vigor.

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

8.2.1 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 8.2.1.1.** Certificado de Regularidade junto ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990,
- 8.2.1.2.** Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal, RFB e PGFN, conforme portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014 (Certidão CONJUNTA emitida pela Procuradoria da Fazenda Federal),
- 8.2.1.3.** Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, estado onde a licitante é sediada.
- 8.2.1.4.** Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente,
- 8.2.1.5.** Prova de Regularidade perante os débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme estabelecido pela Lei nº 12.440/2011.
- 8.2.1.6.** Prova de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica pela Internet em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

8.2.2 Regularidade Jurídica

- 8.2.2.1.** Ato Constitutivo (publicação), contrato ou estatuto social em vigor, comprovante da regular constituição da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial, ou documento de constituição equivalente.
- 8.2.2.2.** Fotocópia de documento de identificação dos sócios da empresa.

8.2.3. Qualificação Técnica;

- 8.2.3.1.** Por se tratar de objeto que envolva estrutura metálica e elétrica, sujeito a responsabilidade técnica, é necessário possuir cadastro no órgão regulador da profissão e atividade, bem como possuir profissional técnico responsável habilitado para emissão



de laudos e ART/RRT ou equivalente.

- 8.2.3.2. Para cumprimento do item anterior, é necessário a apresentação das certidões de quitação/regularidade junto a entidade competente, da empresa e dos profissionais responsáveis técnicos.
- 8.2.3.3. Comprovação de vínculo entre os responsáveis técnicos indicados e empresa, devendo ser feita, ainda, mediante apresentação de carteira de profissional no caso de empregado da empresa, ou através de registro deste empregado como integrante do quadro permanente da licitante ou através da apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato social, no caso de proprietário ou sócio, ou ainda mediante apresentação de cópia de Contrato de prestação de serviços.
- 8.2.3.4. Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão dos responsáveis técnicos da licitante por desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame, devidamente registrado no conselho regulador da profissão como acervo técnico.
- 8.2.3.5. Certificado de Registro da empresa junto ao IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária.
- 8.2.3.6. Certificado de Cadastro da empresa licitante junto ao Ministério do Turismo (CADASTUR) em atividades de Prestador de infraestrutura de apoio para eventos e certificados de organizadora de eventos.
- 8.2.3.7. Certificado de Registro de Pessoa Jurídica e certidão negativa do CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária em nome da empresa licitante;
- 8.2.3.8. Licença de Atividade de Empresa, expedida pela polícia Civil ou Órgão Competente, referente a exercer a Atividade de Fogos de Artíficos, Artigos Pirotécnicos e Shows Pirotécnicos. A licença deverá estar em nome da Empresa Licitante, ou no caso de não estar, deverá a mesma comprovar seu vínculo através de Contrato de Prestação de Serviços Pirotécnicos com firma reconhecida em Cartório.
- 8.2.3.9. Comprovação da empresa de possuir em seu quadro permanente profissional técnico responsável pelo show pirotécnico. A Comprovação de que o profissional seja qualificado será feita através de apresentação da Carteira de Blaster Pirotécnico, emitida pelo órgão competente, devidamente validada na data de abertura da licitação. Comprovação de que o profissional faz efetivamente parte do quadro permanente da empresa será feita pela apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, ou do contrato de prestação de serviços, devidamente autenticado e com firmas reconhecidas em cartório, ou cópia da Carteira de Trabalho, devidamente autenticada.

8.2.4. Qualificação Econômico-Financeira;

- 8.2.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- 8.2.4.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 8.2.4.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.2.4.4. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

NOTA: O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

A exigência de cumprimentos dos índices justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante vencedora possua condição econômica e financeira para honrar o eventual contrato. Tal justificativa contrasta com o Acórdão nº 247/2013, que concerne;

São a Liquidez Geral (LG) e a Liquidez Corrente (LC) os índices utilizados pelo subitem 6.3 do edital (fl.22) para comprovação da boa situação financeira da proponente. Quanto maiores esses índices, melhor. Um índice de LG menor do que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar as suas dívidas, devendo gera-los. Já um índice de LC menor do que 1 demonstra que a empresa não possui folga financeira a curto prazo. Se os dois índices forem maiores que 1, a empresa estará financeiramente saudável [...].

Ademais, adota-se a recomendação das metodologias usuais por órgãos públicos, inclusive, recomendação da AGU – Advocacia Geral da União.

8.2.5. Das Declarações de Atendimento ao Objeto e Correlatas;

- 8.2.5.1.** Apresentar o rol de declarações obrigatórias constante no ANEXO III do referido edital.
- 8.2.5.2.** A apresentação da declaração incompleta ou com exclusão dos parágrafos do texto base sugerido ensejará em inabilitação da licitante.
- 8.2.6** A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil deverá apresentar também, a autorização para tal, expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.3** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 8.4** **Os documentos expedidos pela *Internet* poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro.**
- 8.5** A documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta implicará na inabilitação do proponente, ficando sujeito à penalidade prevista no item 11.1. deste Edital.
- 8.5.1** Nessa hipótese, o pregoeiro convocará o segundo menor preço. Conforme disposições do item 7.9. do Edital, e conservadas ainda, as disposições constantes dos itens 16.14. e 16.15.
- 8.6** Serão aceitos documentos que expressem sua validade, desde que em vigor, ou, quando não declarada pelo emitente, expedidos há 90 (noventa) dias.
- 8.7** Em todas as hipóteses referidas no item anterior, não serão aceitos protocolos, nem



documentos com prazo de validade vencido.

- 8.8** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.1.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 8.2.1, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.
- 8.8.1** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 8.8.2** Ocorrendo à situação prevista no item 8.8, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
- 8.8.3** O benefício de que trata o item 8.8 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- 8.8.4** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.8, implicará na inabilitação do licitante e a retomada da Sessão Pública sem prejuízo das penalidades previstas no item 11.1, deste edital e ainda o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e convocado para contratar com a Administração.
- 8.9** Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de **uma única empresa (razão social e CNPJ)**.

9 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 9.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade e/ou requerer esclarecimentos, protocolando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no setor de licitações situado ao endereço constante no preâmbulo deste, nos horários de 08h00min às 16h30min.
- 9.2.** Serão admitidas as razões de impugnações por meios digitais, desde que remetido via correio eletrônico para o endereço constante no preâmbulo deste instrumento.
- 9.3.** Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital no prazo estipulado no subitem, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.
- 9.4.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao (à) pregoeiro (a), conforme trata o item 9.1 e 9.2.
- 9.5.** Não serão reconhecidas as impugnações interpostas após o vencimento do prazo estabelecido, ou remetidas por formas divergentes às previstas neste caput.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



- 9.6. Acolhida petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 9.7. Não será permitido nenhum tipo de questionamento referente ao objeto, durante a sessão de pregão, bem como o uso de aparelhos de comunicação, sob pena de descredenciamento do certame.

10 **DOS RECURSOS**

- 10.1 Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso, e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, ao vencedor.
- 10.3 O recurso contra a decisão do Pregoeiro, bem como a impugnação, não terá efeitos suspensivos.
- 10.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em Ata. Nessa hipótese, igual procedimento será facultado aos demais licitantes, para contra-razões.
- 10.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, situado à Rua Monsenhor Lisboa, 251, Paula Cândido-MG, nos dias úteis no horário de 08h00min as 11h00min e de 12h30min as 16h30min.
- 10.7 Não serão reconhecidos os memoriais de recursos enviados por fax e/ou intempestivos.
- 10.8 Serão admitidas as razões de recurso e contra recurso por meios digitais, desde que remetido via correio eletrônico para o endereço constante no preâmbulo deste instrumento.

11 **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas e outras penalidades previstas no edital, no contrato e demais disposições legais.
- 11.1.2 Serão aplicadas as penalidades, multas e impedimentos em conformidade com o disposto no Termo de Referência.

12 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



As despesas para custear a execução do contrato, objeto desta licitação, correrão por conta do crédito orçamentário do exercício em vigor da Prefeitura Municipal de Paula Cândido.

3.3.90.39.00.2.10.02.23.695.0011.2.0063

1.500.000

MANUT. COM FESTAS AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO

13 CONTRATO

- 13.1** Com a licitante vencedora, será firmado contrato, nos casos que couber, de acordo com a minuta constante do ANEXO IV e com as demais disposições contidas neste Edital, seus anexos e proposta da licitante vencedora, observada, ainda, as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 13.2** Se a licitante vencedora, quando convocada, deixar de assinar o contrato, ou não aceitar, ou não retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado a prorrogação, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, podendo a Administração optar pela penalização conforme T.R e revogar a licitação, nos termos do Art. 64 da Lei 8.666/93.
- 13.3** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, computado a partir da data de sua assinatura, ou até a finalização dos serviços licitados, observados os termos do Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

14 RESCISÃO DO CONTRATO

- 14.1** Poderá ocorrer rescisão do contrato, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

15 DO PAGAMENTO REAJUSTAMENTO E REEQUILIBRIO ECONOMICO

- 15.1** O pagamento referente aos serviços efetivamente realizados, serão efetuados conforme cronograma previsto no Termo de Referência.
- 15.2** O pagamento somente será liberado se, no ato da apresentação do comprovante de entrega do material e/ou da prestação efetiva do serviço, forem apresentados os atestados de regularidade referentes à Seguridade Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
- 15.3** As condições de reajustamento e revisão de preços, são aquelas previstas no Termo de Referência.

16 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 16.1.** Não será permitido a subcontratação do objeto sem a prévia anuência da administração.

17. DO LOCAL DE FORNECIMENTO, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 17.1.** As condições de fornecimento, entrega e prazos de execução, são aqueles previstos no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



18 DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO OBJETO.

18.1. As condições de fiscalização e acompanhamento da execução, são aquelas previstas no Termo de Referência.

19 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS

19.1. As obrigações e atribuições das partes entre CONTRATANTE e CONTRATADA, são aquelas previstas no Termo de Referência.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

20.2 É assegurado ao Município, no interesse da Administração, revogar ou anular, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na mesma forma e meios em que ocorreu a sua divulgação.

20.3 Após a homologação da licitação e autorização da despesa pela Autoridade competente, os licitantes vencedores serão comunicados, por escrito, através de autorização no prazo de 3 (três) dias úteis.

20.4 Para celebrar a contratação, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

20.5 Quando o licitante vencedor não apresentar a documentação exigida para sua habilitação no ato da contratação, o município, através do Pregoeiro, convocará outro licitante, na ordem de classificação, sucessivamente, observando a faculdade prevista no item **7.8.** e **7.9.** deste Edital.

20.6 Se o licitante vencedor recusar-se a execução dos serviços ou retirar o instrumento equivalente injustificadamente, ou por motivo não aceito pelo MUNICÍPIO, será aplicada a sanção estabelecida no artigo 11, do Decreto nº 3.555/2000, bem como aquelas previstas no T.R.

20.7 A recusa injustificada do licitante vencedor em efetivar a execução dos serviços de acordo com o disposto neste instrumento, assim como a situação irregular indicada no item **20.5,** enseja a aplicação de penalidade na forma do item **11.** Deste Edital.

20.8 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.9 Os proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.10 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

20.11 O proponente que vier a ser declarado vencedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



- 20.12** Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido. Desde que não haja comunicação em contrário por parte do Pregoeiro.
- 20.13** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.
- 20.14** O desatendimento de exigências formais e não essenciais, não implicará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 20.15** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.16** A licitante poderá, em caso de dúvidas de caráter técnico ou legal na interpretação deste Edital, consultar a Procuradoria Geral do Município ou o Pregoeiro subscrevente deste edital através de carta protocolada ou via correio eletrônico, cujos esclarecimentos emanados passarão a integrar o presente processo.
- 20.17** A Homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 20.18** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555/2000 e suas alterações posteriores e subsidiariamente à Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 20.19** O licitante vencedor deverá responsabilizar-se pelo início dos serviços, no prazo de **previsto no termo de referência** ou no prazo acordado em ata da sessão que determine os vencedores do certame, devendo o licitante informar a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução dos serviços, sugerindo medidas para corrigir a situação.

21 DO FORO

- 21.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Viçosa - Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais - para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Paula Cândido, 27 de julho de 2023.

João Carlos de Oliveira e Silva
Pregoeiro
Portaria nº 14/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



Processo nº 082/2023 – Pregão Presencial nº 028/2023

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO, CONCURSO DE MARCHA E TORNEIO LEITEIRO DA XXVI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIO DE PAULA CÂNDIDO/MG, NOS DIAS 07, 08, 09 e 10 DE SETEMBRO DE 2023, de acordo com as especificações, quantidades e condições gerais de fornecimento definidas.

2. DAS JUSTIFICATIVAS:

2.1. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2. A realização deste Registro, justifica-se pela necessidade dos equipamentos e serviços de organização e gerenciamento para cumprimento do calendário cultural de eventos, em especial, a XXVI Exposição Agropecuária.

2.3. A contratação ainda é justificada visando propiciar o acesso à cultura, lazer e esporte, que é dever do estado previsto nos Artigos 6º, 215º, 217º e 227º da Constituição Federal.

2.4. Ressaltamos ainda, que promover novamente tais eventos e festivais vai ao encontro de promover a cultura, a música e a arte, eventos que tiveram suas atividades interrompidas em decorrência da Pandemia.

2.5. A Festa Agropecuária de Paula Cândido-MG é um evento **REGIONAL**, cultural, e historicamente tradicional que marca as raízes de um passado longínquo enfatizando a ancestralidade que deram origem ao Município. Sua tradição é marcada pelo próprio número de sua edição, ou seja, XXIV. No ano de 2022, após a sua retomada, o município recebeu uma grande quantidade de visitantes, fato este que proporcionou um grande desenvolvimento para a economia local, cultural e turística. Já, no ano de 2023, buscaremos com a realização do evento, impulsionar ainda mais a cadeia da agropecuária, os fatores culturais e as tradições locais, bem como a sustentabilidade socioeconômica do Município, seja através da programação técnica, produção artística e cultural ou por meio da comercialização dos produtos da região. Assim, estima-se que a realização dessa edição, agregará um público maior dos que as demais já realizadas.

2.6. A referida solicitação se faz pertinente para cumprir com todos os requisitos necessários para a realização do torneio leiteiro e rodeio na festa agropecuária.

2.7. A realização da festa se apresenta não só como atrativos culturais, mas também como uma forma de fomentar a agropecuária no município, haja vista que ao proporcionar um espaço de trocas entre os produtores rurais através da disponibilização de oficinas e cursos que ocorrerem nesses espaços e também do fomento à cadeia produtiva do leite. Além disso, se reconhece o potencial turístico atraindo público das cidades ao entorno o que fomentará a economia local.

2.8. Diante do exposto, é de total relevância a disponibilidade dessa estrutura através de pleito licitatório, para futura aquisição.

3. JUSTIFICATIVA DA NÃO UTILIZAÇÃO DO SRP



3.1. A opção de não adotar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela previsibilidade real do quantitativo a ser demandado pelo Município, bem como pela necessidade da contratação ocorrer de forma única, executando todo o quantitativo de uma só vez.

4. DO ENQUADRAMENTO NA NATUREZA DE BENS COMUNS.

4.1. Considerando as características dos bens/serviços a serem adquiridos, o objeto desta aquisição pode ser caracterizado como bem comum, possuindo, desse modo, padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente e amplamente encontrados no mercado correlato, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. DA FORMA DE AQUISIÇÃO E CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO.

5.1. Os proponentes deverão apresentar proposta fornecendo informações como valores e marcas dos produtos. Na prosta deverão estar incluídos a carga tributária, o frete e todas as despesas incidentes, que correrão à conta da licitante/proponente, sem qualquer ônus adicional a administração.

5.2. A aquisição será feita de uma só vez, observando a especificação e a qualidade do mesmo, bem como solicitado pela CONTRATANTE mediante a apresentação da requisição (Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho), emitida pelo Setor de Compras;

5.2.1. A CONTRATADA para fornecimento das estruturas e serviços, será responsável a qualquer tempo, pela qualidade do mesmo.

5.2.2. A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer momento, teste dos materiais fornecidos junto aos seus fabricantes, para confirmação de legitimidade e qualidade dos mesmos. Se constatada inadequação do(s) produto(s), será efetuada notificação à CONTRATADA para que proceda a troca imediata do(s) mesmo(s), estando esta, sujeita às penalidades previstas no Edital de Licitação, sem prejuízo da responsabilidade criminal prevista no art. 96 da lei 8.666/93, além de arcar com cobertura aos danos que tal(is) produtos/serviços possa(m) trazer aos veículos da CONTRATADA.

5.2.3. No caso de constatada a falsidade ou inadequação do(s) produto(s), a autoridade competente será informada para que sejam tomadas as providências cabíveis, administrativas e penais.

5.2.4. O faturamento ocorrerá levando em consideração todos os serviços efetivamente executados e entregues, devidamente comprovados, aprovadas pela contratante.

5.2.5. Após o faturamento, a empresa contratada ficará obrigada a entregar a notas fiscais no setor de compras do município, endereço constante no preâmbulo deste, acompanhadas das respectivas requisições.

5.2.6. Em caso de descumprimento do item anterior, as faturas NÃO SERÃO RECEBIDAS pelo setor, cabendo a contratada regularizar a situação no prazo de 5 (dias).

5.2.7. Após a aprovação final das notas fiscais, será emitido a Autorização de fornecimento final em favor ao fornecedor, oportunidade que a administração reconhecerá a efetivação da despesa e a encaminhará para devido processamento.

5.2.8. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, dentre eles, impostos, taxas, direitos trabalhistas, encargos sociais, seguros e transporte, necessárias a perfeita conclusão do objeto licitado que por ventura venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento / prestação dos serviços.

5.2.9. A situação física e a instalação dos equipamentos, e dos serviços a serem prestados, bem como os demais itens, deverão observar todas as normas de segurança aplicáveis à matéria.

5.2.10. A licitante vencedora será, sempre, a única responsável pela manutenção dos equipamentos e sua equipe, garantindo sempre a solução de continuidade e segurança do evento e seus colaboradores.

5.2.11. Os quantitativos totais expressos neste Anexo, representam a previsão da Secretaria requisitante execução do evento.



6. DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO.

6.1. São servidores responsáveis pela fiscalização da execução do objeto, desde a emissão da Autorização de Fornecimento, até a entrega e ateste do recebimento ou eventual contestação e saneamento de qualquer situação ou produto fora das normas, ou quem a estes eventualmente designarem;

6.1.1. Considera-se servidores fiscais pela execução, aqueles que possuem autonomia para emissão a autorização de fornecimento e liquidação da eventual despesa, sendo ele (a), o (a) Secretária Municipal de Cultura ou quem a secretaria designar, acompanhados de mais 2 servidores designados pela administração.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento e outros inerentes a aquisição pretendida.

7.2. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

7.3. Responsabilizar-se pelo transporte dos objetos de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento e acondicionamento, quando for o caso;

7.4. Comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários ao Município;

7.5. Arcar, de forma exclusiva, com todos os ônus necessários a completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros e demais atos pertinentes.

7.6. Permitir o acesso a documentos necessários e pertinentes pelo Município e Órgão concedentes de Convênios.

7.7. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o Município, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos seus (da CONTRATADA) ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de entrega e de armazenamento dos materiais/equipamentos.

7.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto de entrega, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

7.9. Em tudo agir, segundo as diretrizes do MUNICÍPIO.

7.10. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para contratação, previstas na legislação em vigor.

7.11. Dar/Apresentar garantia e responder de forma técnica, pelo prazo legal, de todos os materiais/equipamentos fornecidos, podendo as garantidas ser por prazo superior ao mínimo legal exigido.

7.12. Assinar o contrato ou documento similar originário da respectiva contratação.

7.13. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.14. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

8.1. Receber e conferir os materiais/equipamentos/serviços quando da entrega pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



CONTRATADA;

8.2. Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos materiais/equipamentos/serviços por ela contratada fornecidos.

8.3. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento, desde que cumpridas todas as obrigações.

8.4. Notificar a Contratada/Contratada, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

8.5. Observar o disposto no Edital do Pregão realizado para aquisição do objeto de que trata este Instrumento.

8.6. Permitir e facilitar o acesso ao local do evento a empresa contratada e seus colaboradores, bem como fornecer informações de interesse a execução do objeto conforme o caso.

8.7. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as eventuais irregularidades, e atestando a execução do objeto quando atendidas todas as condições.

8.8. Prover em acesso conjunto com a Secretaria de Saúde, a mobilização de equipamento e profissionais de saúde, ambulância e demais correlatos, para prontidão e atendimento de quaisquer eventualidades nos dias de execução do evento.

8.9. Organizar em esforço conjunto com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a designação de equipe para organização do trânsito no perímetro urbano, designando locais para estacionamento nas vias públicas, nos arredores do evento.

9. DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILIBRIO ECONOMICO

9.1. Os pagamentos referentes a execução do objeto efetivamente recebidos, serão efetuados em até 4 (quatro) vezes iguais, num prazo estimado de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação das respectivas notas fiscais ao setor financeiro da prefeitura de Paula Cândido/MG, devidamente atestada pelo responsável.

9.2. A licitante se reserva no direito de emitir uma nota única para pagamento parcelado, ou, emitir notas fracionadas mês a mês para cumprimento o item anterior.

9.3. Os valores poderão sofrer ajustes/revisões, na forma da lei.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Recusando-se a vencedora à contratação sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

10.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no T.R, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções:

10.2.1. advertência;

10.2.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 5º (quinto) dia de atraso, sobre o valor do contrato, por ocorrência;

10.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, no caso de atraso superior a 6º (sexto) dia, com o consequente cancelamento/rescisão do Contrato, quando for o caso;

10.2.4. 50% (cinquenta por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos:

10.2.4.1. inobservância do nível de qualidade dos bens/produtos;

10.2.4.2. transferência total ou parcial das obrigações a terceiros;

10.2.4.3. subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal do Município;

10.2.4.4. descumprimento das obrigações previstas neste T.R.

10.2.4.5. Atrato ou frustração do evento por ineficiência da licitante contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



10.2.4.6. Frustrar a execução do evento por negligência.

10.2.5. Todas as penalidades são aplicadas mediante a autuação do PAR (Processo Administrativo de Responsabilização).

10.2.6. Todos os registros referentes a penalidades serão registrados no SICAF e no CEIS.

10.3. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou ata, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

10.5. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Paula Cândido, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderão ser descontados dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1. O termo de contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, sendo vedada sua prorrogação.

12. DOS REQUISITOS APLICÁVEIS AO OBJETO.

12.1. *Regularidade Fiscal;*

12.1.1. Certificado de Regularidade junto ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990,

12.1.2. Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal, RFB e PGFN, conforme portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014 (Certidão CONJUNTA emitida pela Procuradoria da Fazenda Federal),

12.1.3. Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, estado onde a licitante é sediada.

12.1.4. Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente,

12.1.5. Prova de Regularidade perante os débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme estabelecido pela Lei nº 12.440/2011.

12.1.6. Prova de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica pela Internet em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

12.2. *Regularidade Jurídica;*

12.2.1. Ato Constitutivo (publicação), contrato ou estatuto social em vigor, comprovante da regular constituição da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial, ou documento de constituição equivalente.

12.2.2. Fotocópia de documento de identificação dos sócios da empresa.

12.3. *Qualificação Técnica;*

12.3.1. Por se tratar de objeto que envolva estrutura metálica e elétrica, sujeito a responsabilidade técnica, é necessário possuir cadastro no órgão regulador da profissão e atividade, bem como possuir profissional técnico responsável habilitado para emissão de laudos e ART/RRT ou



equivalente.

12.3.2. Para cumprimento do item anterior, é necessário a apresentação das certidões de quitação/regularidade junto a entidade competente, da empresa e dos profissionais responsáveis técnicos.

12.3.3. Comprovação de vínculo entre os responsáveis técnicos indicados e empresa, devendo ser feita, ainda, mediante apresentação de carteira de profissional no caso de empregado da empresa, ou através de registro deste empregado como integrante do quadro permanente da licitante ou através da apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato social, no caso de proprietário ou sócio, ou ainda mediante apresentação de cópia de Contrato de prestação de serviços.

12.3.4. Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão dos responsáveis técnicos da licitante por desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame, devidamente registrado no conselho regulador da profissão como acervo técnico.

12.3.5. Certificado de Registro da empresa junto ao IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária.

12.3.6. Certificado de Cadastro da empresa licitante junto ao Ministério do Turismo (CADASTUR) em atividades de Prestador de infraestrutura de apoio para eventos e certificados de organizadora de eventos.

12.3.7. Certificado de Registro de Pessoa Jurídica e certidão negativa do CRMV - Conselho Regional de Medicina Veterinária em nome da empresa licitante;

12.3.8. *Licença de Atividade de Empresa, expedida pela policia Civil ou Orgão Competente, referente a exercer a Atividade de Fogos de Artificios, Artigos Pirotecnicos e Shows Pirotecnicos. A licença deverá estar em nome da Empresa Licitante, ou no caso de não estar, deverá a mesma comprovar seu vinculo atraves de Contrato de Prestação de Serviços Pirotecnicos com firma reconhecida em Cartorio.*

12.3.9. *Comprovação da empresa de possuir em seu quadro permanente profissional técnico responsável pelo show pirotecnico. A Comprovação de que o profissional seja qualificado será feita através de apresentação da Carteira de Blaster Pirotecnico, emitida pelo órgão competente, devidamente validada na data de abertura da licitação. Comprovação de que o profissional faz efetivamente parte do quadro permanente da empresa será feita pela apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministerio do Trabalho, ou do contrato de prestação de serviços, devidamente autenticado e com firmas reconhecidas em cartorio, ou copia da Carteria de Trabalho, devidamente autenticada.*

12.4. Qualificação Econômico-Financeira;

12.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

12.4.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.4.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.4.4. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.4.5. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

A exigência de cumprimentos dos índices justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante vencedora possua condição econômica e financeira para honrar o eventual contrato. Tal justificativa contrasta com o Acórdão nº 247/2013, que concerne;

São a Liquidez Geral (LG) e a Liquidez Corrente (LC) os índices utilizados pelo subitem 6.3 do edital (fl.22) para comprovação da boa situação financeira da proponente. Quanto maiores esses índices, melhor. Um índice de LG menor do que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar as suas dívidas, devendo gera-los. Já um índice de LC menor do que 1 demonstra que a empresa não possui folga financeira a curto prazo. Se os dois índices forem maiores que 1, a empresa estará financeiramente saudável [...].

Ademais, adota-se a recomendação das metodologias usuais por órgãos públicos, inclusive, recomendação da AGU – Advocacia Geral da União.

12.5. Das Declarações de Atendimento ao Objeto e Correlatas;

12.5.1. Conforme a Legislação aplicável ao objeto.

12.5.2. Declaração de visita técnica ou que conhece o local.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será permitido a subcontratação do objeto.

14. DO LOCAL DE FORNECIMENTO E ENTREGA

14.1. Emitida a Autorização de fornecimento ou nota de empenho em favor da contratada, a mesma deverá fornecer os Equipamentos solicitados e garantindo sua entrega/montagem em até 07 (sete) dias úteis que antecede o primeiro dia agendado para o evento marcado.

A montagem antecipada visa agilizar os desembarços e liberações junto ao corpo de bombeiros e demais órgãos fiscalizadores, mantendo o tempo hábil de sanear eventuais falhas ou vícios sem comprometer o cronograma e a segurança do evento. Visa ainda, a realização de testes dos equipamentos eventuais ajustes necessários para um bom desempenho nos dias de execução do objeto.

14.1.1. A empresa fica responsável por entregar e retirar os equipamentos nos locais a serem designados pelo Município.

14.1.2. A licitante deverá manter a equipe técnica durante o evento para manuseio dos equipamentos.

14.1.3. Os equipamentos deverão ser montados no endereço Rodovia MG 280 KM 25, próximo a COPASA.

14.1.4. O valor é fixo e reajustável, considerando o prazo antecipado de montagem e os 4 dias de evento com acompanhamento da equipe da empresa, de 7 a 10 de setembro de 2023.

14.1.5. Para feitos de cotação dos **itens**, considerar o prazo de mínimo de utilização dos equipamentos que serão de 07/09/2023 à 10/09/2023, com exceção do camarote que será utilizado até o dia 11/09/2023

14.2. DO DETALHAMENTO DO ESPAÇO E CROQUI DE LOCALIZAÇÃO.



14.2.1. O croqui detalhado pode ser baixado em .pdf e alta qualidade clicando [aqui](#).

14.2.2. A administração se reserva no direito de realocar ou replanejar a área sem a redução da área útil para melhor adequação da dinâmica do evento.

14.2.3. A licitante que restar dúvidas, poderá visitar o local em qualquer dia ou horário sem agendamento, desde que dentro dos dias úteis e horário de expediente da administração.

15. DA DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA DO RODEIO, CONCURSO DE MARCHA E TORNEIO.

15.1. DA INFRA ESTRUTURA MÍNIMA A SER DISPONIBILIZADA PARA O RODEIO.

ESTRUTURA FÍSICA	UNID.	QUANT
Arquibancada tubular pré- moldada com 100 (cem) metros lineares com 12 degraus montada em formato "ferradura" com F1 (curvas), com tábuas de 2,30 metros x 1,10 metros em sua passarela de acesso aos degraus; as tábuas – degraus deverão ser de madeira compensado naval fechada em requadros de perfil de cantoneira de 1" com encaixe travados com perfis de chapa dobrada "u" no tamanho de 2,30 metros por 0,55 metros, com passarela partindo a 1,20 do solo e escadas estrategicamente instaladas, atendendo exigências de segurança do Corpo de Bombeiros.	Metros	120
Bretes com Querência estilo Americano e 80 Grades p/ fechamento de pista e currais com as seguintes especificações: bretes sendo 6 portões de solta e mais 07 de espera no tamanho de 2,20m; 10 Portões internos no tamanho de 2,20m; 10 Facões com porteira corrediça para dentro dos currais; 01 Portão central para retorno dos animais com medidas de 1,50m de largura por 2,00m de altura; 02 Portões para retorno dos competidores ao lado dos portões centrais com medidas de 1,00m de largura por 2,00m de altura; 04 Grades para montagem da querência dos animais e 01 facão para solta; 02 Portões para acesso ao interior da querência; 40 Grades para arena no tamanho de 3,00m de comprimento por 2,00m de altura (montadas com tubo de 1,5' na chapa 14); Laudo técnico e ART de toda Estrutura, conforme instrução técnica do Corpo de Bombeiros	UN	13
Sono 80 Pinos para junção das peças para montagem dos bretes com cabeça redonda feitos em ferro maciço de 1'; 40 Grades para fundo no tamanho de 2,00m de comprimento por 2,00m de altura (montadas com tubo de 1,5' na chapa 14); 40 Semi-eixos para fixação dos bretes e arena; 40 Mãos francesas de pista; 40 Mãos francesas de fundo		
Camarotes empresariais, em estrutura metálica, dispostos em 1 andar, todos decorados com malhas tencionadas.	UN	20
Sala Vip de 10m x 10m decorada na entrada dos camarotes;	UN	1
Cortina de Led na decoração dos bretes	UN	1
Decoração cênica, para acesso dos convidados à adentrarem na arena	UN	1
Arena Americana oficial de rodeio, montada em estrutura tubular metálica, com piso de areia adaptado para não agredir os animais do rodeio	UN	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



Caminhões de Areia contendo 24 toneladas cada para o espaço da arena de rodeio	UN	7
Querência (curral) de fundo para separação dos animais sob os camarotes com desembarque para o rodeio;	UN	1
Sistema de Sonorização Profissional para o rodeio com 02 torres P.A. Fly com 10 metros de altura e caminhão; Relação de Equipamento de 02 (duas) Torres Pa FLY de 10 metros altura cada: 8 Caixas de Médio eros 1,0 X0, 50 tamanho de cada lado ou similar; 2 Alto-falantes eros mg 412 com 450 watts cada caixa ou similar e 1 titânio 7200 com 100 watts cada caixa ou similar; 8 Caixas de Grave FZ de cada lado ou similar; 2 Alto-falante ks de 1000 watts cada ou similar; 4 amplificadores graves (áudio líder 8000 w) amplificador com 8.000 w de potência ou similar; 3 amplificadores médios (áudio líder 6400 w) amplificador com 6.400 w de potência ou similar; 2 amplificadores médios (áudio líder 5000 w) amplificador com 5.000 w de potência ou similar; 4 amplificadores agudo (áudio líder 2.000 w) amplificador com 2.000 w de potência ou similar; Mesa Digital – 32 canais; distribuidor de energia PC 8000 – pentacústica com proteção de entrada e saída ou similar; Processador LEXSEN 4x8 ou superior; Processador com 4 entradas e 8 saídas ou similar; Processador DBX – PA+ 3x6 ou similar; Processador com 3 entradas e 6 saídas ou similar; equalizador TGE 2313 XS (cilclotron) ou similar ou superior; Processador de 31 bandas duplo; Caixa amplificada P/ retorno do sonoplasta; Caixa amplificada com equalizador de agudo, médio e grave para possíveis correções de áudio;	UN	1
Show de Iluminação com 08 Moving Head Ben, Refletores, Máquinas de Fumaça, Máquinas de Fogos, MegaStrobos, Lasers e Leds;		
Relação de Iluminação sendo toda DMX (DIGITAL): 01 Canhão Seguidor – Telem 1.000 watts para ser utilizado na curva da arena lado oposto dos bretes; 14 Max-brutes de 4.000 watts, 20 HQIs coloridas com 400 watts cada; 08 Moves Head 575 para serem utilizados na arena ou similar ou superior; 04 Strobos DMX TM 3.000 watts, para serem utilizados no centro dos camarotes; 02 Máquinas de fumaça DMX 3.000 watts para serem utilizadas no portão de retorno da arena ou similar ou superior; 01 Modulo fonte disjuntor 12 canais 220 volts; 03 Módulos Dimmer 124KT-BL 12 canais cada; 01 Splinter DMX 04 entradas e 01 saída; 02 Mesas de luz Pilot 2.000; 08 Postes de Q-30 em alumínio com 05 metros de altura e braço		
Telões de Led P10 no tamanho de 4 metros por 3 metros, montados em estrutura de Q-30 com sistema do Rodeio Digital com notas e tempos das montarias, duas câmeras para transmissão simultânea e replay do rodeio, caminhão estúdio e edição de DVD ao termino do evento	UN	2
MICROFONE (SHURE BETA S/ FIO) ou equivalente ou superior; 1 MICROFONE (SHURE BETA S/FIO lapela) ou equivalente; Sistema de Iluminação Profissional composta por 14 max-brutes de 4.000 watts de potência, 20 holofotes HQI, canhão seguidor e luzes de efeito;	UN	2
Tendas galpão 10x10mts	UN	12
OBS: A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO, EXECUÇÃO E LIBERAÇÃO DO PROJETO DE PREVENÇÃO, COMBATE A INCENDIO E PÂNICO, JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS DE MINAS GERAIS E RESPECTIVO PAGAMENTO DE TAXAS.		
ESTRUTURA PESSOAL (Todos os Profissionais envolvidos no Rodeio deverão ter seguro de vida em cumprimento das leis nº 10.220, de 11 de abril de 2001 e nº 10.519, de 17 de julho de 2002.)	UN	QUANT



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



Equipe de produção	Equipe	1
Locutor de nível nacional com experiência nos maiores rodeio do país	UN	1
DJ Sonoplasta	UN	1
Auxiliar de Pista	UN	1
Madrinheiros (a) de rodeio com experiencia;	UN	1
Veterinário Responsável Técnico para credenciamento do evento junto ao IMA e acompanhamento do rodeio todos os dias do evento.	UN	1
Cowboys para montarias, competidores profissionais	UN	25
Salva-vidas profissionais de rodeio.	UN	3
Diretor de Rodeio para organização e produção de todo o rodeio	UN	1
Juízes: sendo 01 Juiz de arena, 01 Juiz de brete, e 01 fiscal de brete, todos profissionais	UN	3
Porteiros e embretadores para agilidade na solta dos animais;	UN	4
Equipe de Show pirotécnico	UN	1
Equipe técnica de montagem	UN	1
ESTRUTURA DE ANIMAL	UNID.	QUANT
Montarias em touros, Touros altamente selecionados, alguns de renome nacional. Os touros deverão ter idade em 4 a 8 anos, com peso entre 600 a 900 kilos; OBS: Todos os animais com devidos exames (brucelose, tuberculose, aftosa, anemia infecciosa e mormo) e documentações necessárias do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. Manter no local durante o evento um profissional veterinário com seus devidos cadastros para procedimentos inerentes ao evento	UN	15
Montarias em cavalos, Cavalos de rodeio altamente selecionados, alguns de renome nacional. Os cavalos deverão ter idade em 4 a 8 anos, com peso entre 400 a 600 kilos; OBS: Todos os animais com devidos exames (brucelose, tuberculose, aftosa, anemia infecciosa e mormo) e documentações necessárias do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. Manter no local durante o evento um profissional veterinário com seus devidos cadastros para procedimentos inerentes ao evento;	UN	12
Cavalo madrinha	UN	1
OBS: Os touros deslocados para o evento serão munidos com todos os Documentos Sanitários relativos aos exames exigidos pelo IMA, além da Guia de Transporte Animal, GTA. Responder integralmente por todos os encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a mão de obra que vier a contratar. Promover a manutenção adequada de todos os seus equipamentos, atendendo previamente a todas as exigências legais atinentes à sua atividade, tais como preparar e fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos camarotes, arquibancadas, bretes e arena mobilizados para o evento. Responder por todos e quaisquer danos ou acidentes decorridos da prestação de serviço contratado. Arcar com eventuais despesas com acidentados na estrutura e no rodeio		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



ATRAÇÕES DE ARENA	UNID.	QUANT
Atração típica de rodeio para todas as noites de rodeio, sendo como opcional: Cavalos Adestrados, Taxi Maluco, Motoqueira (o) Maluca (o), ou imagens Santa. Abertura com efeitos, evoluções e coreografias próprias, alusivas ao evento	UN	1
Queima de fogos com shows pirotécnicos todas as noites do rodeio com a seguinte especificação mínima abaixo por noite: Abertura do show pirotécnico, ilustração solo com gasolina; Um corredor de chão com vulcões ouro e prateado; Uma bateria com 25 tubos de 3/4 "rabo de pavão; Uma bateria com 25 tubos de 3/4 "giromax; Uma bateria com 25 tubos de 3/4 "crackling; Uma bateria com 25 tubos de 3/4 "bouquet de cores; Uma torta Zeus de 64 tubos de 3/4 ". Uma torta Napoleon de 132 tubos mistos 22 mm e 32 mm; Uma torta Imperatriz de 60 tubos 32 mm; Uma cascata com aproximadamente 30 metros lineares com 30 bengalas de cascata; Uma detonação eletrônica em volta da arena com 18 tubos de 1 1/2" efeito crackling; Doze chuveiros de 1 1/2" prata; Show piro musical duração de 3 minutos contendo: 144 pç foguete unitarios 1,5" 4 pç leque torta meteoro 8 pç torta collora rain 36 tubos 2 pç torta mxw 135 tubos 8 pç torta akira 16 tubos 4 pç leque arabia em w 6 pç carrocel giratório 3 estágios 6 pç torta ilusion 235 tubos	UN	1

15.2. DO CONCURSO LEITEIRO

15.2.1. SÃO ESTRUTURAS E SERVIÇOS MÍNIMOS REQUERIDOS PARA EXECUÇÃO DO CONCURSO:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	<p>CONCURSO LEITEIRO:</p> <p>A empresa CONTRATADA terá sob sua responsabilidade:</p> <p>a) Execução do concurso Leiteiro: Fiscalização, Pesagem e Resultados. O concurso terá a participação mínima de 10 (dez) e máxima de 60 (sessenta) animais, divididos em 02 (duas) categorias;</p> <ul style="list-style-type: none">➔ CATEGORIA VACA PRIMÍPARAS (ATÉ 4 DENTES) - CONSIDERA-SE NESTA CATEGORIA, O ANIMAL QUE TEVE SUA GESTAÇÃO COMPLETA ATÉ O FINAL, COM O PARTO DE UM (A) BEZERRO (A), PELA PRIMEIRA VEZ, OU SEJA, APÓS O PRIMEIRO PARTO.➔ CATEGORIA VACAS MULTÍPARAS – CONSIDERA-SE NESTA CATEGORIA, A VACA QUE TEM O SEGUNDO PARTO, OU MAIS.➔ SERÃO INSCRITOS ANIMAIS COM APTIDÃO LEITEIRA, INDEPENDENTE DE RAÇA OU GRAU DE SANGUE, DESDE QUE APRESENTEM AS CONDIÇÕES QUE OS CREDENCIE PARA O TORNEIO E QUE TENHAM PRODUÇÃO ACIMA DE 30 KG/DIA;➔ SOMENTE SERÃO INSCRITOS ANIMAIS, CUJA PARIÇÃO OCORRA, COM O MÍNIMO DE 06 (SEIS) DIAS ANTES DO INÍCIO DO TORNEIO; <p>OBS I: Todos os participantes receberão um troféu de participação. Tais despesas correrão por conta de empresa contratada.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



	<p>b) Equipamentos:</p> <ol style="list-style-type: none">I. Latões padronizados para armazenamento e pesagem do leite;II. Balança digital para pesagem do leite;III. Mesa para anotação;IV. Tanque de expansão de leite;V. Quadro branco para anotação;VI. Pinceis para anotação em quadro branco;VII. Ordenhadeira mecânica (motor e compressor) e canos para ordenha;VIII. 5 Toneladas de palha de café para cobertura do solo das baias;IX. Mangueira para lavar os animais;X. Pé de lúvio e cal virgem; <ul style="list-style-type: none">• OBS II: Os cochos serão fornecidos pela prefeitura municipal de Paula Cândido, mas cada produtor deverá levar o trato para o seu animal.• OBS III: O leite coletado durante a realização do concurso leiteiro é de propriedade de cada expositor, bem como sua destinação final.
02	TRANSPORTE DOS ANIMAIS DAS PROPRIEDADES ATÉ O PARQUE DE EXPOSIÇÕES E DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ATÉ AS SUAS RESPECTIVAS PROPRIEDADES
03	<p>EQUIPE TÉCNICA:</p> <ol style="list-style-type: none">a) 2 médicos veterinários – para revezamento de turno de trabalho;b) 3 fiscais de apoio – para fiscalização da ordenha, pesagens do leite e anotação de resultado;c) 3 auxiliares de apoio – para limpeza das baias e troca da cama;
04	<p>DESPESAS GERAIS:</p> <ol style="list-style-type: none">a) Realização de reuniões de apresentação do regulamento junto aos participantes;b) Realização de visitas as propriedades para o cadastramento e vistoria dos animais participantes;c) Execução dos exames dos animais (tuberculose e brucelose), bem como a emissão de GTA junto ao IMA;d) Despesas com transporte, combustível, telefone, internet e material gráfico;e) Confecção e distribuição dos regulamentos;f) Limpeza diária de todo o pavilhão do torneio leiteiro (troca de camas, retirada de lixo);g) Fornecimento de alimentação e hospedagem para os funcionários da empresa (café da manhã, almoço, café da tarde, jantar);h) Fornecimento de iluminação (incluindo fiação e lâmpadas) para toda à área das baias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



15.2.2. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, delimitará a área dentro do Parque, para a realização do concurso leiteiro;

15.2.3. A chegada dos animais no Parque de Exposição Municipal para o concurso leiteiro será no **dia 06 de setembro de 2023 a partir das 07:00 horas, e a saída ocorrerá a partir das 20:00 horas no dia 09 de setembro de 2023;**

15.3. DA COPA MARCHA.

15.3.1. SÃO ESTRUTURAS E SERVIÇOS MÍNIMOS REQUERIDOS PARA EXECUÇÃO DA COPA MARCHA:

SERVIÇO	DIÁRIA
Empresa Organizadora: organizar o evento, disponibilizar equipe de trabalho na arena e na inscrição, disponibilizar coletes para os competidores e realizar premiação de todas as categorias.	Uma
Julgamento: Juiz responsável em fomentar e desenvolver a seleção das Raças para a premiação, possibilitando a confrontação de animais de diferentes regiões, a fim de avaliar o desenvolvimento do criatório e o grau de melhoramento zootécnico das Raças. OBS: o juiz para o concurso de marcha deverá ser credenciado em alguma Associação Brasileira de Criadores de Cavalos.	Uma
Veterinário: emitir guia de entrada e saída dos animais, fiscalizar o evento e emitir RT.	Uma
Faixa de premiação: Serão 14 categorias sendo 5 colocações por categorias somando um total de 70 faixas e mais 2 Flamulas.	
Locução: fazer a locução total do evento	Uma
Estrutura: Uma tenda para equipe de inscrição (tenda 3,5 x 3,5 metros, com balcão. Cobertura em estilo Chapéu de bruxa com calha para escoamento de água, em aço galvanizado). Uma tenda para o juiz e locutor (tenda 5 x 5 metros, com balcão. Cobertura em estilo Chapéu de bruxa com calha para escoamento de água, em aço galvanizado).	Uma
Equipamento de sonorização de pequeno porte. No preço deverá estar incluso todos os valores de quaisquer outros gastos ou despesas com o transporte de equipamentos, ferramentas, transporte da equipe técnica, operadores de som, demais técnicos e/ou profissionais necessários à execução do objeto, despesas com emissão de ARTs, alimentação, diárias estadias para os funcionários e/ou profissionais da empresa envolvidos na execução dos serviços, bem como por tributos, fretes, outros encargos ou acessórios, trabalhistas, previdenciários e etc, não se admitindo em hipótese alguma a complementação de valor. É de inteira responsabilidade da contratada, disponibilizar aos funcionários e profissionais envolvidos na execução dos serviços os equipamentos de proteção individual necessários.	Uma
Iluminação: É de responsabilidade da empresa a instalação e manutenção da iluminação para arena da Marcha.	Uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



15.3.2. O concurso ocorrerá na arena de eventos no dia 11 de setembro de 2023, na Rodovia MG 280 km 25 próximos a Copasa às 10h00min.

15.3.3. A empresa não terá direito a exploração de nenhuma taxa ou cobrança, além do valor a ser pago pelo rol de serviços pelo município.

15.3.4. Para cumprimento do objeto, a empresa deverá:

15.3.4.1. Possuir veterinário contratado, para emissão de guias de entrada e saída dos animais, fiscalizar o evento e emitir RT.

15.3.4.2. Possuir um veterinário.

15.3.4.3. Locutor com experiência para fazer a locução da Copa Marcha.

15.3.4.4. Possuir Juiz responsável em fomentar e desenvolver a seleção das Raças para a premiação, possibilitando a confrontação de animais de diferentes regiões, a fim de avaliar o desenvolvimento do criatório e o grau de melhoramento zootécnico das Raças. O juiz para o concurso de marcha deverá ser credenciado em alguma Associação Brasileira de Criadores de Cavalo.

DEMAIS OBJETOS CORRELATOS

A contratada será responsável pela elaboração, aprovação, execução e liberação do projeto de prevenção, combate a incêndio e pânico, junto ao corpo de bombeiros de Minas Gerais e respectivo pagamento de taxas, emissão de laudos e ART/RRT, bem como pagamento de quaisquer taxas de liberação.

É de inteira responsabilidade de a contratada orientar os bigadistas sobre o recolhimento dos itens fixados para atender o projeto de prevenção de incêndio como: placas, extintores, ganchos dentre outros itens. A contratante se abstém da responsabilidade por qualquer objeto perdido ou danificado durante o evento.

Toda a estrutura e serviços acima devem ser cotados considerando os 4 dias de realização do evento.

DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os padrões citados acima são para mera referência, cabendo a licitante ofertar itens com padrão igual ou superior.

É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto do presente certame, salvo em casos autorizados expressamente pela Administração, a seu critério.

Será de obrigação da contratada, toda a organização do evento. Em hipótese alguma o Município subsidiará a referida organização, sendo de competência do município, o livre acesso aos locais necessários, informações pertinentes e a fiscalização da execução do presente certame.

Tendo em vista que o projeto será elaborado e executado pela licitante, havendo necessidade de adequação quantitativa ou qualitativa por parte dos órgãos aprovadores, como o Corpo de Bombeiros, estes correrão por conta de contratada sem ônus ao contratante. Informação que os eventuais interessados detêm prévio conhecimento, que por ventura, recomendamos fortemente a visita prévia ao local.

Todo o lixo produzido pelas equipes na montagem, desmontagem, operação dos equipamentos serão de responsabilidade da mesma, não podendo deixar espalhados pelo chão e devendo providenciar o destino final para os mesmos.

Considera-se no preço ofertado, a concessão do direito de exploração do espaço do evento incluído a praça de alimentação.

15.4. DA CESSÃO DO ESPAÇO PARA EXPLORAÇÃO DE RECEITAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



15.4.1. Considera-se infraestrutura a ser explorada a área comercial de venda de alimentação e área de estacionamento.

15.5. VENDA DE ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS.

15.5.1. A empresa contratada, poderá explorar o espaço para venda de alimentação e bebidas, devendo instalar barracas que detenha o mesmo padrão, não sendo aceitável a montagem de barracas de estilos diferentes. Deve-se primar por tendas de mesma cor e característica. Podendo ainda utilizar da área fixa. Toda montagem deverá ser feita observando a localização e espaço disponível, conforme croqui de localização.

15.6. PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, ESTACIONAMENTO E CORRELATOS.

15.6.1. A empresa contratada, poderá explorar o espaço pertinente a praça de alimentação e área de estacionamento, conforme detalhado no Croqui de localização, devendo observar ainda, todas as normas de segurança.

15.6.2. No que tange ao estacionamento, a empresa deverá dispor da estrutura necessária para exploração do local, utilizando-se dos meios de pagamento amplamente utilizados no mercado correlato para entrada, dispendo ainda da mão de obra para demarcação, segurança e organização do local.

15.7. DA DEFINIÇÃO DO QUE DEVERÁ SER COMERCIALIZADOS E VALORES

15.7.1. Embora o modelo econômico brasileiro prime pela livre iniciativa e livre mercado, a contratada deverá observar os preços de vendas praticados na área comercial, visto cartelização entre vendedores e preço abusivos fora dos padrões de mercado infringe os direitos do consumidor com observância ao Art. 39 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

15.7.2. Para segurança dos comerciantes e dos presentes no evento, é expressamente proibido o comércio de quaisquer objetos pontiagudos, perfurocortantes ou outro correlato de qualquer natureza ou material.

15.7.3. Para cumprimento do item anterior, fica vedado ainda a venda de bebidas em garrafas, copos ou outros recipientes de vidro.

15.7.4. É vedado ainda, a venda de qualquer alimento em espeto de madeira ou outro material pontiagudo.

15.8. DOS LIMITES OU RESERVAS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO

15.8.1. PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO – Serão disponibilizados a contratada 20 barracas das 25 que constitui a praça de alimentação.

15.8.2. DO ESTACIONAMENTO – As vagas de estacionamento deverão ficar com livre acesso durante o dia na data de 10/09/2023.

15.8.3. DO ESTACIONAMENTO – Das vagas exploráveis, 50 vagas deverão ficar reservadas e destinadas com livre acesso e em caráter exclusivo a equipe de fiscalização e organização da Prefeitura.

16. DO VALOR ESTIMADO E MÁXIMO ACEITÁVEL.

16.1. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme preceitua o Art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019. A adoção de tal dispositivo justifica-se para que os licitantes



possam realizar a administração, a proposição de propostas livremente, ofertando os valores o mais próximos possível daqueles praticados pelo mercado, e seguindo seus próprios parâmetros de comercialização. Justifica-se também a adoção de tais dispositivos, para minimizar/eliminar possíveis e eventuais acordos explícitos ou implícitos entre licitantes no que tange as ofertas no ato da hasta pública.

16.2. O TCU – Tribunal de Contas da União já entendeu ser desnecessária a divulgação do valor estimado no edital, que a Lei nº 10.520/2002 admite que o orçamento seja mantido em sigilo, consoante esclarece Lucas Rocha Furtado:

“Uma dúvida que inicialmente se apresentou em relação aos pregões está relacionada a saber se o orçamento detalhado, com a planilha de custos individualizada, deveria constar do edital, por força da aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93. No âmbito do TCU, a orientação atualmente adotada pela jurisprudência é no sentido de que tendo a Lei n. 10.520/2002, que trata do pregão, tratado do tema, não seria hipótese de buscar a aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93. Essa tese foi adotada por ocasião do julgamento do Acórdão n. 117/2007 – Plenário. Transcrevemos trecho do voto condutor: O fato dessa planilha ter sido inserida no edital sem o preenchimento dos valores não traduz prática que viola os dispositivos legais atinentes à matéria. Como visto, na licitação da modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas e preço unitários não constituiu um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo. Esse tem sido o entendimento exarado por este Tribunal em recentes decisões acerca da matéria, ex vi dos Acórdãos n. 1.925/2006 – Plenário e 201/2006 – Segunda Câmara.”

16.3. Tendo em vista que a exploração do espaço é parte do pagamento pelas estruturas, o Município de Paula Cândido se dispõe a pagar um valor máximo pelo cumprimento do objeto.

16.4. O valor teto a ser considerado possui como base a média ponderada, considerando o levantamento de mercado realizado com potenciais empresas do ramo licitado, bem como outros meios de levantamentos de preços.

16.5. O valor estimado e máximo aceitável, se tornará público após a fase de lances, e servirá de embasamento para negociação e aceitação.

17. DO ACESSO AO EVENTO PELOS INTERESSADOS

17.1. Cumprida as normas de segurança, o acesso ao evento deverá ser concedido de imediato a qualquer cidadão interessado, para acesso a qualquer local do evento.

17.2. A entrada será franca todos os dias, sendo expressamente vedada qualquer cobrança para acesso ao evento.

18. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas para custear a execução do contrato, objeto desta licitação, correrão por conta do crédito orçamentário da Prefeitura Municipal de Paula Cândido - MG, constante das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.39.00.2.10.02.23.695.0011.2.0063
1.500.000
274



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



MANUT. COM FESTAS AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO

19.DA LICITAÇÃO E FORMA DE JULGAMENTO.

19.1. Modalidade: Pregão, na forma da Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 3.555/2000.

19.2. Tipo: Menor Preço Global. As empresas interessadas deverão ofertar o menor valor global, considerando todo o conjunto de responsabilidades elencadas neste T.R.

19.3. Planilha para proposta consolidada é a que abaixo segue;

Item	Descrição	Unid.	Valor Total
1	REALIZAÇÃO DE RODEIO, CONCURSO DE MARCHA E TORNEIO LEITEIRO DA XXVI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIO DE PAULA CANDIDO/MG, NOS DIAS 07, 08, 09 e 10 DE SETEMBRO DE 2023, para 4 dias de evento, conforme disposto no T.R.	Unid.	

20.CONDIÇÕES GERAIS

20.1. A Prefeitura de Paula Cândido, através da Secretaria Solicitante, reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas.

20.2. Qualquer tolerância por parte da Prefeitura de Paula Cândido, através da Secretaria Municipal Solicitante, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura de Paula Cândido, através da Secretaria Municipal exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

20.3. A Contratada, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta à Prefeitura de Paula Cândido, através da Secretaria Municipal Solicitante, produzidos em decorrência da execução do objeto da contratada, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Tribunal o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

20.4. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da Secretaria Municipal Solicitante, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da Secretaria Solicitante, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação;

20.5. O evento terá entrada franca todos os dias, permitindo o livre acesso a quaisquer interessados.

20.6. Os casos omissos serão saneados pelas disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Termo de Referência, Decretos de regulamentação dos dispositivos, entendimentos e pacificações dos órgãos de fiscalização controle, TCE e MP.

20.7. Para dirimir eventuais litígios, fica eleito o foro da Comarca de Viçosa /MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



Processo nº 082/2023 – Pregão Presencial nº 028/2023 ANEXO II

MODELO DE CARTA PROPOSTA

Local e data

AO ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

REF.: **PREGÃO nº 028/2023 JULGAMENTO:** ___/___/2023 - ___:___ h

Prezados Senhores:

Declaramos aceitos os termos do edital, e Apresentam-lhes nossa proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO, CONCURSO DE MARCHA E TORNEIO LEITEIRO DA XXVI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIO DE PAULA CANDIDO/MG, NOS DIAS 07, 08, 09 E 10 DE SETEMBRO DE 2023.** Conforme especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes do Anexo I.

Item	Descrição	Unid.	Valor Total
1	REALIZAÇÃO DE RODEIO, CONCURSO DE MARCHA E TORNEIO LEITEIRO DA XXVI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIO DE PAULA CANDIDO/MG, NOS DIAS 07, 08, 09 e 10 DE SETEMBRO DE 2023, para 4 dias de evento, conforme disposto no T.R.	Unid.	

O valor global da proposta é de R\$.....

O prazo de validade da proposta é de (.....) dias, contados a partir da data de julgamento da licitação.

Declaramos que na proposta, está incluso todo e qualquer custo que possa incidir na execução do objeto.

Declaramos ainda, que a proposta foi realizada considerando as condições impostas pelo termo de referência, anexo I do edital.

Dados do responsável Legal para assinatura do Termo Contrato;

Nome: _____ **CPF:** _____ **ID:** _____ **End:** _____ **Tel.:** _____

E-mail: _____

Dados Bancários; **Banco** _____ **Cod.** _____ **Ag.** _____ **CC.** _____

Atenciosamente,

.....

Assinatura do Responsável Legal

CPF :

Nota: O Preenchimento das informações em vermelho são obrigatórias e essenciais para o estabelecimento da relação Administração – Fornecedor, após o julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



Processo nº 082/2023 – Pregão Presencial nº 028/2023

ANEXO III

ROL DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS CONSOLIDADA

A empresa _____, sediada na _____ telefone _____ e-mail _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os devidos fins DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

Que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista

Que tomou conhecimento do local da realização do evento e de todos os desafios a serem enfrentados na execução do objeto, e que não caberá contestação posterior de nenhuma natureza.

Que tomou conhecimento de todas obrigações contidas no edital e termo de referência e que não caberá contestação posterior de nenhuma natureza.

Local e data – Assinatura do responsável legal.

NOTA: A AUSENCIA DE QUALQUER UMA DAS DECLARAÇÕES ACIMA ENSEJARÁ EM INABILITAÇÃO DA LICITANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



Processo nº 082/2023 – Pregão Presencial nº 028/2023

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 082/2023
PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2023

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A
EMPRESA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO** por intermédio do(a) (órgão) contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão supramencionado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO, CONCURSO DE MARCHA E TORNEIO LEITEIRO DA XXVI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIO DE PAULA CANDIDO/MG, NOS DIAS 07, 08, 09 E 10 DE SETEMBRO DE 2023**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Unid.	Valor Total
1	REALIZAÇÃO DE RODEIO, CONCURSO DE MARCHA E TORNEIO LEITEIRO DA XXVI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIO DE PAULA CANDIDO/MG, NOS DIAS 07, 08, 09 e 10 DE SETEMBRO DE 2023, para 4 dias de evento, conforme disposto no T.R.	Unid.	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Paula Cândido, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

3.3.90.39.00.2.10.02.23.695.0011.2.0063

1.500.000

274

MANUT. COM FESTAS AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por agente designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0__32) 3537 - 1242



e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Viçosa/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA CÂNDIDO

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 — CEP 36.544-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.763.715/0001-07 — TEL.: (0_32) 3537 - 1242



Processo nº 082/2023 – Pregão Presencial nº 028/2023

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante),
CNPJ (número), sediada na Rua _____ nº _____, (Bairro/Cidade), por intermédio de seu representante legal, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) Encontra-se enquadrada como Empresa de Micro e Pequeno Porte, em atendimento a Lei Complementar 123/2006;

b) Não se encontra enquadradas em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º LC 123/06;

c) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Localidade e data: _____

TRABALHO É CERTEZA DE PROGRESSO.